


Pensando a Condição Provisória do Viajante Contemporâneo: ensaio sobre uma Geografia que pretende descer ao chão

Pensando en la Condición Provisional del Viajero Contemporáneo: ensayo sobre una Geografía que pretende descender al suelo

Sandro de Oliveira Safadi¹

 <https://orcid.org/0000-0001-9371-7737>

Resumo

O presente trabalho propõe um diálogo inicial que destaca a convergência entre a condição provisória do viajante contemporâneo e a prática do geógrafo em trabalho de campo. Ambos, assim como planejadores e urbanistas, costumam observar e pensar a cidade a partir de uma perspectiva distanciada, marcada pela visão do “alto”; seja por meio do uso de imagens de satélite, visões aéreas, ou, no caso do viajante, com o uso de ferramentas digitais. Essa abordagem, embora útil, não permite captar a dinâmica cotidiana vivida no chão. Compreende-se, portanto, que, do alto, não se vê ninguém! Planejadores, geógrafos e viajantes, ao perceberem e pensarem as cidades sob essa ótica, compartilham um mesmo estado de existência, marcado por contatos breves com os moradores locais. Tal condição provisória resulta em incompletudes interpretativas sobre os lugares. No entanto, ao descer um degrau na escala de análise e “colocar os pés no chão da vida”, abrem-se novas alternativas analíticas para a Geografia como ciência dos lugares. Neste contexto, a interação com a etnografia surge como oportunidade para enriquecer a prática geográfica. A aproximação entre essas duas abordagens de trabalho de campo é uma proposta que visa abrir outras formas de conhecer e interpretar os lugares.

Palavras-Chave: Viajante contemporâneo; Escalas de análise; Trabalho de campo da Geografia; Lugar.

Resumen

El presente trabajo propone un diálogo inicial que destaca la convergencia entre la condición provisional del viajero y la práctica del geógrafo en trabajo de campo. Ambos, al igual que los planificadores y urbanistas, suelen observar y concebir la ciudad desde una perspectiva distante, marcada por la visión “desde arriba”; ya sea mediante el uso de imágenes satelitales, vistas aéreas o, en el caso del viajero, herramientas digitales. Este enfoque, aunque útil, no permite captar la dinámica cotidiana que se desarrolla en el suelo vivido. Se comprende, por lo tanto, que, desde arriba, no se ve a nadie! Planificadores, geógrafos y viajeros, al percibir y conceptualizar las ciudades desde esta óptica, comparten un mismo estado de existencia, caracterizado por contactos breves con los habitantes locales. Dicha condición provisional genera

¹ Doutor em Geografia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, sandro.safadi@ifg.edu.br.

interpretaciones incompletas de los lugares. Sin embargo, al descender un nivel en la escala de análisis y “poner los pies en el suelo vivido”, se abren nuevas alternativas analíticas para la Geografía como ciencia de los lugares. En este contexto, la interacción con la etnografía surge como una oportunidad para enriquecer la práctica geográfica. La aproximación entre estas dos enfoques en el trabajo de campo constituye una propuesta que apunta a otras maneras de conocer e interpretar los lugares.

Palabras clave: Viajero contemporâneo; Escalas de análisis; Trabajos de Campo em Geografia; Lugar.

Introdução

O encontro é inerente à existência. Deparar-se com o outro constitui conflito primordial do existir. Enfrentar a diferença que reside naquilo que não sou define o próprio sentido do encontro. Neste texto, são tratadas duas formas de encontro com o objetivo de identificar convergências que possibilitem um diálogo propositivo: a viagem e o trabalho de campo. A proposta apresenta-se como uma primeira mirada, sem a pretensão de oferecer conclusões acabadas ou de apresentar dados empíricos que valide o que aqui me pus a escrever. Ao final, as portas permanecerão abertas.

A surpresa proporcionada pelo ir e vir de uma viagem turística contrasta fortemente com a rigidez de uma metodologia de trabalho de campo definida previamente. A viagem turística se dá, ao menos em tese, sob um deslizar de possibilidades e criatividade mais livres. Os encontros estabelecidos nas viagens não requerem formatações prévias. Já a metodologia científica pressupõe manuseio de normas e técnicas; nestes termos, o trabalho de campo, como uma destas metodologias, retrata o modo padrão do que aqui adjetivo como “encontro” na ciência. O trabalho de campo é, em suma, a ocasião em que o cientista social e no nosso caso, o geógrafo, conecta com o indivíduo particular em função de um objetivo investigativo. É na atitude de pesquisa de campo que o vislumbre fortuito do cotidiano alheio, revelado no encontro, se transforma em elemento para o saber científico.

Sob essa perspectiva, proponho compreender a relação direta entre a escala de análise² — instrumento usual de auxílio para a reflexão geográfica — e as distâncias existentes nos diversos modos de ser ver o mundo. Especificamente, critico o modo de pensar a cidade vista do alto, seja a partir de uma imagem de satélite, seja da janela do avião e, estabeleço um contraste com o “chão³ da vida”. Em

² Ressalto que, neste texto, utilizo a expressão “escala” sempre no sentido de escala de análise, conforme a concepção geográfica e não no sentido cartográfico, fundamento-me na proposta da geógrafa brasileira Iná Elias Castro (Castro, 1995).

³ Três expressões são recorrentes neste texto e precisam ser diferenciadas: “chão”, “solo” e “Terra”. Quando estas palavras aparecerem pela primeira vez, farei uma nota explicativa para preservar o significado específico que se pretende. Para a palavra “chão”, entendo como a dimensão da vida dos sujeitos, carregada de significados e produzido materialmente por meio de relações de produção, ou seja, é mais próximo da noção de mundo vivido da fenomenologia de Husserl. O chão expressa a vida cotidiana das pessoas, os vínculos compartilhados nas ruas e nas interações diárias.

complemento a esse exercício reflexivo, sugiro uma articulação entre esse olhar do alto e, portanto, distante e o planejamento de viagens, que se realiza com o uso de computadores e *smartphones*.

No tópico de abertura, “O digital, o virtual e o chão da vida”, busco criar uma trama conceitual que expressa três dimensões — técnica, simbólica e produtiva —, oferecendo chaves interpretativas para lidar com um mundo transformado em mercadoria. Argumento que a visão do alto tende a ignorar e reduzir a complexidade do chão da vida, que se manifesta tanto na diversificação de encontros entre sujeitos quanto como produto unificado das contradições do capital global.

Para tanto, torna-se crucial pensar as relações que emergem em cada cruzamento entre a escala de comando e a escala de realização, segundo a acepção de Milton Santos. Com base nas contribuições de Armando Correia da Silva, Ruy Moreira e Yves Lacoste, afirmo que os objetos técnicos e os fluxos virtuais geram um olhar cada vez mais distante do local.

Em “Do alto não se vê ninguém”, o segundo tópico do texto, trago a noção de *vol d'oiseau*, que se refere a visão em linha reta obtida ao sobrevoar uma cidade. Trata-se da perspectiva captada da janela do avião ou de um arranha-céu: uma espécie de visão que alimenta o fetiche de contemplar o conjunto sem reconhecer os sujeitos. Envolvido nesta “erótica do saber”, nas palavras de Michel de Certeau, a vida das ruas é ignorada pelos planejadores das cidades. A culminância desta visão do alto se evidencia na chamada “síndrome de Brasília”, criticada por arquitetos como Jan Gehl, que clama por “cidades para as pessoas”. Visão esta que teria também deixado estupefato o geógrafo Pierre Monbeig na cidade de Goiânia, durante sua construção.

No tópico final deste trabalho, intitulado “O viajante contemporâneo e o geógrafo em campo: desafios de uma condição provisória”, convido o leitor a refletir sobre uma convergência entre o trabalho de campo do geógrafo e experiência do viajante contemporâneo. Ambos vivenciam uma condição de provisoriade e produzem visões sobre os lugares calcadas em observações prévias realizadas à distância e “do alto”.

Neste movimento, defendo que é momento de se repensar a Geografia, como “[...] ciência dos lugares e não dos homens” (La Blache, 1985, p.47), enquanto se permite encontrar os sujeitos. A condição provisória do viajante contemporâneo, assim como a Geografia que se põe ao chão, revelam-se por meio de híbridos, na acepção do antropólogo Bruno Latour, pois expressam simultaneamente a natureza física do mundo e a cultura que circula entre os sujeitos e os lugares.

Diante da constatação desta convergência entre a condição provisória de um viajante contemporâneo e o geógrafo em seu trabalho de campo, proponho abrir um diálogo entre os nexos conquistados em trabalhos etnográficos e o pensamento sobre o lugar sob a perspectiva geográfica. Este texto apresenta pinceladas iniciais de uma construção em curso⁴; para ao futuro, a intenção é que o

⁴ Outro texto já em elaboração trata exatamente desta interface entre o trabalho de campo da Geografia e a Etnografia, o presente trabalho precisa ser entendido como uma aproximação inicial.

extrato desta relação entre etnografia e geografia contribua tanto para pensar o real vivido nas cidades quanto para incrementar a categoria de análise “lugar”, fundamental ao trabalho do geógrafo.

O digital, o virtual e o chão da vida.

É necessário fazer uma distinção entre as expressões “virtual” e “digital”, afinal, mesmo que amalgamadas na materialidade do mundo, não são sinônimos. Para a primeira, reservo o significado vinculado ao campo da cultura, da psicologia, da sociedade em sua acepção mais ampla: o virtual abarca o simbólico, se expressa como uma simulação do real. Já para a segunda (digital), refiro-me à ferramenta que imprime velocidade à comunicação, por meio de uma linguagem binária. O digital pertence ao campo da técnica e da tecnologia.

Neste sentido, trago essa trama conceitual ao centro das inquietações deste texto; mesmo que o mundo virtual consiga emular o real e, o digital tenha se tornado a técnica que domina nosso tempo, o “chão da vida” não se expressa em caracteres binários. Perceber e conhecer um determinado lugar, de perto, começa quando os pés, orgânicos, tocam o solo⁵; a necessidade de pisar no terreno do real permanece intacta. Resistir a essa virtualização é como uma alavanca que nos impulsiona a romper as finas camadas que envolvem as bolhas da efemeridade e da instantaneidade criadas pelas telas digitais.

É certo que a chamada sociedade em rede, como bem delineou Manuel Castells (Castells, 2005), contribuiu tanto para aniquilar novas formas de resistência quanto para promover diversos apagamentos. Os lugares enfrentam um extenso processo de aviltamento de suas particularidades e autenticidades devido à presença desses elementos virtuais globais, que surgem “do alto” — por meio de satélites, cabos e antenas. Diante desse cenário, os lugares se transformam em espécies de fantasmagorias, como afirma Anthony Giddens, exatamente porque são “[...] penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles” (Giddens, 1991, p. 27).

O projeto do capital global, que coordena essas influências sociais distantes, precisa ser veloz para inibir qualquer tentativa de fluxo inverso. A intenção desse capital, agora virtual e global, é que a diversidade dos sujeitos que vivem salteados pelas ruas, esquinas e praças seja substituída por um borrão de humanos indiferenciados.

Esta dinâmica global, que inicialmente se restringia à esfera econômica, expandiu suas fronteiras para todas as dimensões da vida humana, aprofundando sobremaneira as fraturas sociais. A intenção do capital global atinge praticamente todas as marcas de reconhecimento e estabelece com os lugares um envolvimento típico, originado pelo uso massivo de ferramentas digitais.

É nessa circunstância que Milton Santos observou que as ações provenientes destes fluxos globais são “[...] cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar”. Diante disso, chama a

⁵ Para a palavra “solo”, adoto o sentido consagrado pela Geografia Física, referindo-se ao material formado por processos geológicos, climáticos e biológicos.

atenção para a necessidade de se “[...] operar uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala de seu comando”, visto que “[...] muitas destas ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da Terra” (Santos, 1999, p. 65).

Os gotejamentos globais, cada vez mais digitais, se manifestam por meio da inserção de novos objetos técnicos, que se materializam a serviço de demandas que ultrapassam as necessidades locais. Esses novos objetos, presentes na urbe contemporânea e vindos de outras “escalas de comando”, ganham novas funções ao tocar o chão das cidades — funções que, ao se integrar ao cotidiano, estabelecem, com os moradores, outras redes de significados.

O enredo é complexo e desalentador. As tecnologias digitais, tão necessárias para o avanço social, foram capturadas de maneira incontornável pelo discurso do capital. Quando o digital toca o chão, ele o faz como capital⁶. Os objetos técnicos, agora incrementados por fluxos virtuais oriundos de escalas de comando distantes, geram um olhar cada vez mais desconectado do local.

Armando Correia da Silva já nos alertava sobre o fato de que “A foto do satélite espacial dá ao mundo uma unidade diferenciada, colorida, que ilude o observador não atento” (Silva, 2000, p.11). Essa ilusão em relação a técnica domina o real na atualidade. Da foto do satélite, que impressionou o autor na transição para o século XXI, até os satélites em fileiras do bilionário Elon Musk, o mundo que emergiu como real material se recrudesciu, enquanto o virtual assumiu o centro. Ruy Moreira, já em 1993, preocupado com os desdobramentos em relação ao incremento do geoprocessamento, mostrou que o geógrafo:

No passado, achou que a fotointerpretação era a interpretação da foto, quando era a descrição do que estava fotografado. No tempo da Geografia quantitativa, achou que a câmera bastava. E hoje acha que basta o programa de geoprocessamento. O problema é que nem a fotografia aérea, nem os modelos quantitativos e menos ainda o programa de geoprocessamento pensam e interpretam o mundo por si mesmos (não é o geoprocessamento que processa o geo – o real-espacial -, mas o geo – a teoria geográfica – que processa o geoprocessamento) (Moreira, 2007, p.21).

A obsessão geográfica pela escala clama por um recinto metodológico neste cenário dominado por virtualidades configuradas a partir de imagens geradas à distância. O impacto que qualquer geógrafo sente ao navegar pela primeira vez no *Google Earth* ainda reverbera nas interpretações do real. Afinal, quão real é uma imagem de satélite? O que nos reserva a fileira de satélites da Starlink? Seguindo a visão de Moreira, é o “geográfico” forjado por uma ciência que busca tocar o chão que processa a imagem, não o contrário. Seria a fileira de satélites a inovação do capital mais poderosa para aniquilar a escala de análise geográfica?

As perguntas são expressões de um mundo em convulsão existencial diante do domínio virtual. As escalas de comando distantes penetram as casas das pessoas como estratégias de conforto e

⁶ Ruy Moreira também vê o chão como capital, apoiando-se em Ariovaldo Umbelino de Sousa quando este afirma que “[...] o chão da pátria não é chão, é capital” (Oliveira apud Moreira, 2007, p. 68).

aconchego. A Starlink acolhe os desemparados digitais — seja em pescarias realizadas em Iates de pesca esportiva ou em moradias remotas espalhadas pelo mundo. Ela se apresenta como companheira para *posts* frenéticos de luxo no *Instagram* e, ao mesmo tempo, como guardiã dos esquecidos. A afetividade, já capturada pelo conteúdo virtual, agora também é sustentada pela máquina que distribui o sinal digital.

A aparente simplicidade que imagens de uma pescaria podem conferir à reflexão aqui em curso é apenas um reflexo do fenômeno digital contemporâneo. Contudo, há algo estranhamente novo em andamento: um episódio recente oferece uma conexão mais profunda com o tema que pretendo abordar. Desde 2022, as tropas ucranianas utilizam dos serviços da Starlink na linha de frente da Guerra contra a Rússia, substituindo os telefones, que se tornaram obsoletos para as operações no campo de batalha. Em certo momento, durante um iminente ataque ucraniano à frota naval russa, Elon Musk teria ordenado a desativação de sua rede de comunicação via satélite. Esse episódio suscitou diversas interpretações éticas e geopolíticas: Musk teria realizado esta ação por temer que a Rússia reagisse com um contra-ataque nuclear. Meu objetivo, no entanto, não é dissecar as intenções do homem mais rico do planeta Terra⁷ em 2024; pretendo apenas instrumentalizar o debate sobre tecnologia para efetuar a intervenção “de cima” — neste caso, de fora e completamente distante do cenário da Guerra.

Em 1985, Yves Lacoste, em sua célebre obra *Geografia, isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra*, destacou a diferença entre a Geografia “inocente” ensinada nas escolas, em contraste com a Geografia estratégica dos Estados-maiores. A questão fundamental apontada pelo autor está no fato de que a Geografia escolar funcionaria como uma espécie de “[...] tela de fumaça que permite dissimular, aos olhos de todos, a eficácia das estratégias políticas, militares”, assim como “[...] estratégias econômicas e sociais que uma outra geografia permite a alguns elaborar” (Lacoste, 1993, p.33). Nesse sentido, o comando, ou o controle propriamente dito, fundamenta-se na ideia de constituir uma visão de cima, uma leitura a partir do alto — perspectiva que serve de base para as estratégias militares, na qual Elon Musk interferiu diretamente.

Lacoste já ressaltava a importância dos satélites para este tipo de controle, hoje, porém, o fato novo é que este controle não se restringe mais aos estados-maiores. O capital, de forma direta, se investiu deste poder numa intensidade inédita, apropriando-se do conteúdo gerado do alto. Nesse contexto, o olhar de cima não é propriamente “a novidade”; o que mudou foi a intenção. A Terra Azul, que emocionou o cosmonauta russo Iuri Gagarin em 1961, trouxe consigo poesia em meio a disputa geopolítica espacial. A Terra vista pelos Geógrafos através do Google Earth desde 2005, mesmo que pela tela do computador, ainda provoca um espanto que resvala na poesia. Já em 2024, a Terra observada

⁷ Para a palavra “Terra”, sempre utilizada com letra maiúscula, destino o sentido de planeta em que vivemos, embora a expressão “terra”, escrita em letra minúscula, também traga elementos interpretativos desde os tempos da Geografia Clássica. No entanto, optei pelo uso da palavra “chão”, pois, neste texto, ela consegue abarcar de maneira mais precisa o que pretendo expressar.

pela fileira de satélite de Elon Musk desfez-se de qualquer surpresa poética; tornou-se pura mercadoria. A Terra é capital.

Do alto, não se vê ninguém!

Há uma expressão em francês, que sintetiza o entendimento do que esse olhar do alto proporciona: *vol d'oiseau*, cuja tradução literal seria “vôo de pássaro”. Na arquitetura, na engenharia, na cartografia ou no urbanismo, ao se elaborar um desenho à *vol d'oiseau*, busca-se obter uma visão em linha reta, a uma distância que descarta os detalhes vindos das tensões do ver de perto, aquele que se dá com os pés no chão. Essa perspectiva não apreende a sensação ou a percepção que apenas um caminhar atento e observador pode oferecer. O desenho feito do alto, à *vol d'oiseau*, ignora os volumes e segue uma lógica formal de um trajeto direto, percorrendo distâncias sem obstáculos – como na visão de quem voa em um avião ou no voo de um drone.

A cidade pensada e projetada por quem a vê em linha reta, em um movimento de grandiosidade técnica, confronta a cidade viva — quente, repleta de curvas, ondulações, temporalidades e especificidades volumétricas. A cidade moderna projetada é, em síntese, fruto deste olhar. Desenhos concebidos do alto tornam-se experimentações artísticas alimentadas pelo egocentrismo de quem os cria. É puro fetiche!

Talvez seja por isso que Michel de Certeau, ao refletir sobre o cotidiano da cidade de Nova York, se angustia ao subir no 110º andar do *World Trade Center*, lançando a si mesmo a pergunta mágica “[...]onde se origina o prazer de ver o conjunto, de superar, de totalizar o mais desmesurado dos textos humanos” (Certeau, 2014, p. 170). A sua conclusão é uma bela metáfora do tempo presente; para ele, estaríamos diante do que chamou de uma transfiguração daquele que lá chega em “voyeur”:

O Corpo não está mais enlaçado pelas ruas que o fazem rodar e girar segundo uma lei anônima; nem possuído, jogador ou jogado, pelo rumor de tantas diferenças e pelo nervosismo do tráfego nova-iorquino. Aquele que sobe até lá no alto foge à massa que carrega e tritura a si mesma toda a identidade de autores e espectadores (p. 170).

Por outro lado, a vida cotidiana dos “caminhantes” é marcada pela surpresa do ir e vir; o corpo dos pedestres “[...] obedece aos cheios e vazios de um texto urbano que escrevem sem poder tê-lo. Esses praticantes jogam com espaços que não se vêem; têm dele um conhecimento tão cego como no corpo-a-corpo amoroso” (p. 171). Estes corpos reais e materiais que estão lá “embaixo” — “[...] os viventes ordinários da cidade” — escapam “[...] às totalizações imaginárias do olhar” do alto. Ao final “Uma cidade transumante, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível” (p. 172). A “erótica do saber” de se tentar “[...] superar, de totalizar o mais desmesurado dos textos humanos”, como provoca Michel de Certeau, parece revelar mais o sujeito que observa do que o objeto observado — neste caso, a cidade.

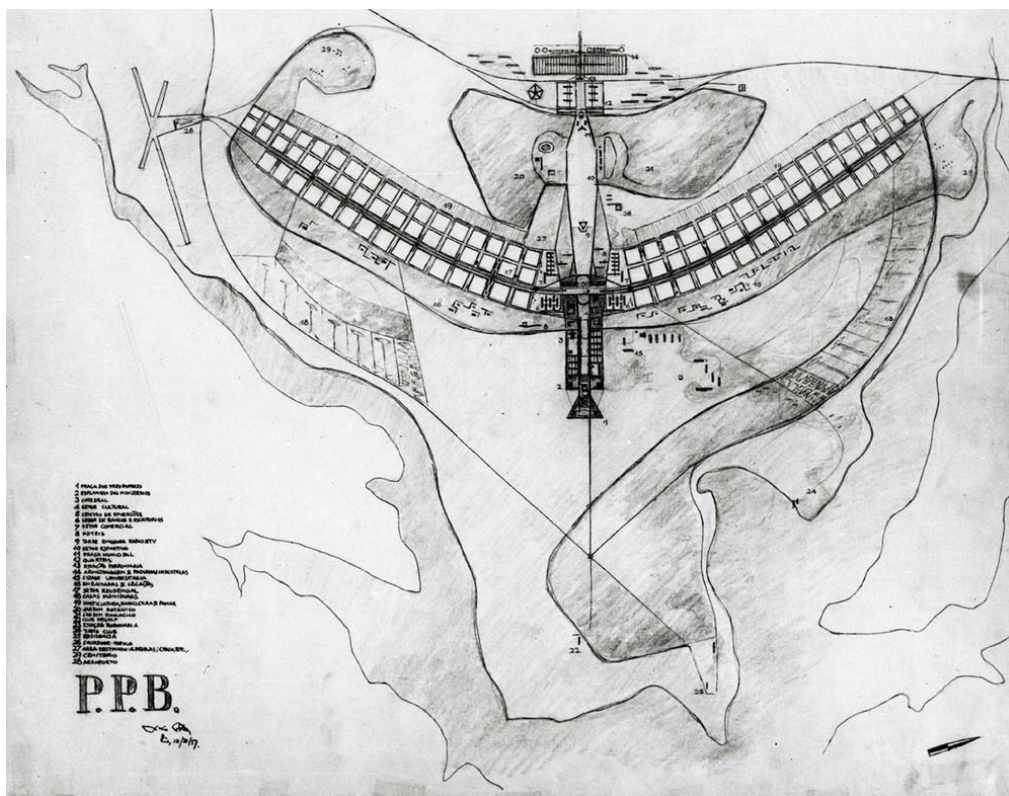
Sobre esta situação, o arquiteto dinamarquês Jan Gehl, em sua obra “Cidade para Pessoas”, tece uma densa crítica: para ele, as pessoas não são incluídas como protagonistas no planejamento das linhas

e curvas arquitetônicas, que deveriam trazer significados para quem viverá na cidade. Brasília, ícone desta forma de conceber o espaço urbano moderno, embora seja uma bela composição idealizada por Lúcio Costa, é descrita como uma “catástrofe ao nível dos olhos”. O avião, a borboleta, ou mesmo a libélula⁸ (figura 1) — formas que inspiram o desenho da cidade —, são frutos de um exercício criativo iniciado na prancheta, mas que, em momento algum, são percebidos por quem caminha pelas ruas.

Em sua análise, Jan Gehl descreve o urbanismo e o planejamento urbano em três escalas: a grande escala, que se refere a perspectiva aérea tratada aqui, a escala média, correspondente à escala do desenvolvimento, como se estivéssemos em um “voo de helicóptero à baixa altura”, semelhante a visão do arranha-céu; e, por último, a escala pequena, o “chão da vida” retratado aqui.

Ao refletir sobre esta dinâmica escalar, Gehl identifica o que chamou de “Síndrome de Brasília”, que teria se espalhado como um princípio fundamental do planejamento urbano, no qual, na prática, [...] duas escalas maiores são utilizadas enquanto se descarta a escala menor” (Gehl, 2015, p. 197). Para ele, é justamente a escala menor — aquela que constitui o ambiente de experimentação das pessoas ao nível dos olhos — que deveria ocupar a centralidade no planejamento urbano.

Figura 1: Esboço do projeto original de Brasília.



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal/Fundo Novacap.

⁸ Embora a imagem vista do alto da cidade de Brasília ter um formato que remete a um avião, o arquiteto Lúcio Costa afirmava que sua inspiração era, na verdade, uma borboleta, talvez uma libélula. Essa forma só pode ser percebida se considerarmos, além do desenho marcante das asas, os contornos ondulados que margeiam o plano piloto.

Ninguém habita a cidade que foi pensada do alto; as “asas abertas” de Brasília não acolhem o viver encarnado. O olhar distante, impregnado pelo prazer de contemplar o conjunto — como bem destaca Certeau —, não assegura que o sonho do arquiteto seja vivenciado por quem percorre as ruas. Em Brasília, ao caminhar pelas amplas avenidas que conectam a Asa Sul à Asa Norte, é comum sentir certo abandono.

Esse abandono reflete o desencontro entre as escalas e a vida cotidiana: a cidade planejada na perspectiva aérea e a cidade experimentada ao nível do chão. É neste ponto de tensão que finca a importância da Geografia, uma ciência que, ao discutir a questão da escala, ultrapassa a dimensão cartográfica para se debruçar sobre a análise dos fenômenos que definem a vida urbana.

A síndrome de Brasília, neste contexto, não se fez em um ato direto, definitivamente não foi um evento isolado. A escala do olhar do alto, que em Brasília se expressou no traçado urbano em forma de asas, nada mais é que a técnica experimentando seus limites ao longo do tempo. Desde os tempos das torres dos castelos medievais, o olhar de cima permitia vislumbrar o conjunto, mas as custas de perder os traços e as feições dos rostos humanos. Com o advento do avião, que cortou o ar na alvorada do século XX, essa perda se amplia, a multidão desaparece.

Esse fascínio pela vista aérea não surgiu com Brasília. Anos antes de sua construção, já com expansão da aviação comercial no Brasil, outro projeto imerso nessa visão do alto tinha se concretizado no mesmo Planalto Central brasileiro: Goiânia. Imaginada e erguida nas décadas de 1930 e 1940, a capital de Goiás antecipava o impacto de um urbanismo que privilegiaria a visão do alto. Enquanto Brasília projetava um novo horizonte ao Brasil nas décadas de 1950 e 1960, Goiânia, já causava fascínio em quem a sobrevoava⁹.

O geógrafo Pierre Monbeig, ao chegar em Goiânia ainda em construção, ficou assombrado com a visão à *vol d'oiseau* que teve da janela do avião. Ele registrou este impacto em um artigo de 1938, onde relata que:

O viajante é bem tentado a acredita-lo, quando com uma celeridade brutal, em pleno meio do sertão, a uns 60 quilômetros da via férrea, se erguem os modernos edifícios de Goiânia. Estupefação de descobrir, enquanto o piloto inicia uma hábil descida do seu pesado aparelho, construções ousadamente modernas (Monbeig, 1938, 14 de setembro).¹⁰

Este relato faz parte de uma série de artigos que Monbeig escreveu para o Jornal “O Estado de São Paulo”, em virtude de ter assumido, desde 1935, a cátedra de Geografia na Universidade de São Paulo. Menos conhecido, no entanto, é o fato de Monbeig ter dedicado dois destes artigos para relatar

⁹ O projeto de Goiânia também se expressava do alto; três avenidas largas convergem para uma grande praça central, a Praça Cívica, assumindo inspiração em projetos como da cidade de Versalhes, na França, ou Karlshuge, na Alemanha.

¹⁰ Os trechos escritos por Pierre Monbeig foram extraídos do acervo digital do Jornal O Estado de São Paulo.

sua experiência em Goiânia (Figura 2) e observá-la "[...] com o vigor de uma nova e robusta planta em um ambiente de aparência hostil". As ruas ainda pouco povoadas e, a cidade em construção, apresentavam os desafios, mas estava ali um prenúncio do futuro. Mesmo "[...] longe dos grandes centros do litoral, sem ligação ferroviária direta, com estradas bastante medíocres, em uma região que há dois séculos vive vagarosamente" (Monbeig, 1938, 05 de outubro) Goiânia surgia como uma aposta moderna em meio ao "sertão".

Figura 2: Fotografia feita do alto do Palácio das Esmeraldas, na Praça Cívica, em Goiânia.



Fonte: Divisão de patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura de Goiânia, Foto de Eduardo Bilemjian.

Geógrafos, como pensadores dos lugares, são praticantes de jornadas exploratórias; uma espécie de viajantes equipados com lentes que permitem enxergar múltiplas escalas. Essa característica permaneceu viva, mesmo na contemporaneidade, quando o pensamento geográfico buscou se distanciar de abordagens puramente descritivas. Embora tenha criticado os excessos da descrição, a Geografia não se desvinculou do compromisso de, guarnecida pela escala, chegar ao chão. É no chão que a Geografia se destaca de maneira singular entre as ciências humanas, evidenciando sua vocação por conectar elementos de escalas distintas.

Mesmo os planejadores, ainda que frequentemente enclausurados em escalas que promovem distanciamento, precisam, em algum momento, descer ao nível do solo. Aqueles que conceberam bairros ou cidades inteiras tiveram que, num dado instante, abandonar os arranha-céus ou os aviões para validar aquilo que, do alto, não é possível perceber. Do alto, não se vê ninguém! Enquanto o voo persiste e noção de conjunto predomina, é a visão de pássaro que fundamenta o real de quem planeja. No entanto, ao tocar o chão, os projetos, os planos e até mesmo as imagens de satélite enfrentam a “dimensão humana” — conceito essencial apontado por Jan Gehl.

Os objetos técnicos percebidos do alto contrastam com a efetiva materialidade no momento em que este geógrafo, ou qualquer outro indivíduo, se põe ao chão. Ver do alto parece não conseguir traduzir o objeto visado. A “estupefação” de Monbeig diante das construções “ousadamente modernas” de Goiânia é apenas um pequeno detalhe em relação aos limites da visão aérea.

A perspectiva aérea, que tanto encantou o geógrafo francês ao sobrevoar Goiânia, não foi e continua não sendo suficiente para traduzir a complexidade daquela cidade em construção, e menos ainda da vida que nela se desenrolava. É com os pés no chão que a Geografia, como ciência dos lugares, se revela também como ciência dos sujeitos. Neste ponto de intersecção entre sujeitos e lugares, emerge a condição de provisoriedade do viajante contemporâneo, tema que será explorado neste último tópico do texto.

O viajante contemporâneo e o geógrafo em campo: desafios de uma condição provisória

Ao desembarcar em Goiânia, Pierre Monbeig, se apresenta não apenas como um profissional em campo, mas também como um viajante movido por uma profunda curiosidade. O espanto com a cidade desponta ainda nas alturas, quando o traçado urbano e os edifícios surgem subitamente aos olhos desse experiente geógrafo. Observar a cidade da janela do avião, nesse sentido, significa, em essência, apropriar-se da obra do artista que a concebeu. Os instantes de observação aérea nutrem a contemplação, num movimento pendular que ora transborda beleza, ora carece de densidade.

Em suma, a beleza vista do alto e a cidade planejada como obra de arte encerram-se em si mesmas, não dialogam com a experiência vividas pelos sujeitos que habitam o chão. A janela do avião amplifica o “êxtase de ler” um “cosmos”, como Michel de Certeau refletiu ao observar a cidade de Nova York do alto do *World Trade Center*. No cotidiano, porém, quase ninguém vê a cidade do alto.

No caso do viajante contemporâneo, esse “êxtase de ler do alto” em nada contribui para a preparação de sua estadia. As viagens não são pensadas de dentro do avião que se aproxima do destino. Da mesma forma, mesmo que a maioria dos viajantes alcance seus destinos por via terrestre, o planejamento da viagem contemporânea também não se baseia no momento em que os pés tocam o solo. É, na verdade, sob o manto da virtualidade e por meio do uso de ferramentas digitais que o plano acontece. A definição de onde ir, feita à distância, mediada por ferramentas digitais, sobretudo por *smartphones*, canaliza o viajante por trilhas organizadas pelo ritmo da virtualidade.

Noites de sono são garantidas via plataformas digitais de hospedagem, como *Airbnb* e *Booking*; jantares de alta gastronomia são programados com base em *sites* que oferecem avaliação de qualidade, como *TripAdvisor*; até refeições de baixo custo são descobertas em blogs de viagem. Trajetos são pré-definidos com a ajuda de impressões compartilhadas em redes sociais e calculados por aplicativos de navegação como *Google Maps* ou *Waze*. Todas as dimensões que constituem a vivência turística articulam-se em uma virtualidade que envolve os sujeitos durante o período em que a viagem é concebida à distância. Traçando um paralelo: assim como a imagem de satélite exhibe as cidades do alto

ou a janela do avião proporciona uma visão panorâmica de cima, o viajante planeja viagem também “do alto”, orientado pela virtualidade.

Neste sentido, a virtualidade contemporânea expressa sobremaneira o turismo do nosso tempo: as viagens, cada vez mais, são vividas “sem os pés no chão” e, progressivamente, alinhadas aos fluxos das escalas de comando distantes, guiadas pelo capital global. Esse capital, de forma coesa, insere um número crescente de indivíduos, de diversas camadas sociais, em experiências padronizadas virtualmente. A sensação de pertencimento a uma outra classe social, por exemplo, torna-se ainda mais evidente com a massificação do uso das tecnologias digitais. Os *smartphones* atuam como ferramenta de validação desse pertencimento, determinado por *algoritmos*. Se as agências de viagem sempre desempenharam o papel de “formatar” as viagens a um custo mais elevado, atendendo a um número restrito de turistas¹¹, a virtualidade, com o auxílio dos *algoritmos*, organiza essas viagens a custos reduzidos, no entanto, para bilhões de habitantes da Terra. Assim como as redes de *fast food* oferecem familiaridade ao viajante através da repetição do gosto, os *smartphones* garantem que as diferenças de classe sejam menos perceptíveis ao oferecerem um cardápio pré-definido. A surpresa e a indeterminação que uma viagem exploratória deve ter é substituída por um conjunto de elementos que visam garantir que tudo saia conforme o esperado, num misto de aconchego e infantilização do turista.

O cheiro da comida saborosa que convida para uma boa refeição, é substituído por uma avaliação de outrem, seja através de selos de qualidade em sites especializados, seja por comentários de um desconhecido em redes sociais digitais. A estadia temporária em uma localidade, precedida por este olhar preestabelecido à distância, “do alto”, enfraquece a experiência do viajante. Ele cria caminhos, estabelece conexões e, por vezes, participa de atividades comuns aos habitantes do lugar, entretanto tudo isso é mediado por um mecanismo que limita a surpresa. A expectativa gerada no âmbito virtual acaba por pasteurizar as diferenças e a diversidade, assim como as imagens de satélite ou as vistas aéreas desconsideram as nuances do “chão da vida”.

Na contemporaneidade, a distinção se dá exatamente pelo fato de que o esgarçamento dessa dimensão provisória do viajante, em razão dos acordos virtuais firmados anteriormente, faz com que o instante de encontro entre o viajante e o nativo seja ainda mais fugaz. Não há densidade alguma que se estabeleça nestes contatos extremamente breves, são como faíscas de relações que se apagam no instante seguinte, na velocidade de um *clique*.

O desafio está em decifrar a condição provisória que emerge na relação entre o viajante e os nativos — uma provisoriedade moldada, por sua vez, pelo excesso de previsibilidade estabelecido virtualmente, em relação aos lugares. Essa mesma situação é vivenciada pelo pesquisador geógrafo em

¹¹ Segundo pesquisa realizada pelo Ministério do turismo, apenas 22% dos viajantes utilizaram Agências de Viagens ou Operadoras em sua preparação, contra 47% que utilizaram meios virtuais (IRPI, 2024).

seu trabalho de campo. Munido de roteiros de entrevistas, questionários e cadernos de observação, o trabalho de campo característico da pesquisa geográfica aproxima-se do chão com o propósito de captar os elementos mais perenes e densos. Contudo, a permanência breve em campo dificulta o enfrentamento das tensões geradas pela fluidez e pela incompletude dos encontros — dimensões essenciais para as ciências humanas.

Aqui se configura a minha questão, que se apresenta como uma porta aberta para futuras reflexões: a metodologia do trabalho de campo da Geografia, que pretende descer ao chão para realizar encontros densos, precisará libertar-se da condição provisória que a aproxima do viajante contemporâneo. Neste contexto, um diálogo com a etnografia torna-se inevitável. Entretanto, o desafio persiste, pois a “ciência dos lugares” não alcançará plenamente seus objetivos apenas pela adoção desta prática antropológica. Será indispensável também resgatar o olhar exploratório do geógrafo do passado¹².

A interface entre Geografia e Antropologia não constitui uma grande novidade no campo científico. Pensar estas conexões entre as metodologias de trabalho de campo destas duas disciplinas não será demasiadamente estranha. Neste ponto, o antropólogo Bruno Latour captura com precisão o fio deste dilema ao propor uma reflexão baseada no que chamou de “proliferação dos híbridos”. Para Latour, nossa inserção em na ciência não se dá, necessariamente, devido a uma posição exclusiva ou excludente. Afinal, “Híbridos nós mesmos, estamos instalados de forma desequilibrada no interior de instituições científicas, meio engenheiros, meio filósofos...” (Latour, 1997, p.9) e que “Por falta de opções, nos autodenominamos sociólogos, historiadores, economistas, cientistas políticos, filósofos, antropólogos” (p.10).

A condição provisória que tanto o viajante, quanto o geógrafo experimentam quando estão no chão, encontra eco na relação com os híbridos de natureza e cultura propostos por Latour — uma abordagem que também dialoga com Milton Santos, ao tratar do espaço geógrafo como um híbrido de objetos e ações. Para Santos “No mundo de hoje, é frequentemente impossível ao homem comum distinguir claramente as obras da natureza e as obras dos homens e indicar onde termina o puramente técnico e onde começa o puramente social” (Santos, 1999, p. 81).

O lugar, como encontros de híbridos, se expressa pela “fixidez” da natureza do mundo, ao mesmo tempo que se mostra pela “fluidez” da cultura em toda a sua complexidade. O viajante e o morador local vivenciam conjuntamente as mesmas classes de híbridos, com a diferença que o viajante experimenta em sua condição provisória. Aquilo que se apresenta como híbrido ao viajante pertence à mesma ordem do universo epistemológico que navega entre a Geografia e a Antropologia, o que, de maneira alguma, constitui uma negação à ciência, mas sim um questionamento acerca dos limites de se tratar conceitos de forma pura e estanque. Neste aspecto, como aponta Latour, a Antropologia já nos

¹² Alexander von Humboldt, considerado o “pai” da Geografia moderna, dedicou vários anos em viagens pelas Américas, assim como vários antropólogos do passado e do presente. Humboldt teria estado entre 1799 e 1803 em território americano, tempo necessário para alcançar a densidade, que escapa aos trabalhos de campo contemporâneos, frequentemente marcados pela brevidade e pela fragmentação.

habituaou “[...] por muito tempo, a tratar sem crises e sem crítica o tecido sem costura das naturezas-culturas”; e, sendo assim, “Mesmo o mais racionalista dos etnógrafos, uma vez enviado para longe, é bastante capaz de vincular em uma mesma monografia os mitos, etnociências, genealogias, formas políticas, técnicas, religiões epopeias e ritos dos povos que estuda.” (Latour, 1997, p.15).

A proposta se resume a uma tentativa de se criar mecanismos para pensar uma geografia que, ao dialogar com os sujeitos em todas as suas dimensões, ainda faça com o objetivo de entender os lugares¹³. Neste sentido, torna-se fundamental permanecer mais tempo “entre” os sujeitos durante a investigação de campo; será necessário intensificar os encontros entre os geógrafos e os lugares investigados. O diálogo entre Geografia e Antropologia está e sempre esteve aberto, resta saber como operar essa interface na contemporaneidade e até onde ela pode nos levar.

A título de inspiração, a ideia de mundo vivido, já abordada em outro texto¹⁴, deverá servir de pano de fundo para esta empreitada, mesmo considerando que se trata de um conceito instável e de difícil assimilação no âmbito da ciência geográfica. Neste texto não caberia ainda esmiuçar tais possibilidades. Por ora, desejo apenas afirmar esta intenção e permitir que explorações futuras e aberturas analíticas entre Geografia e Antropologia, especialmente no diálogo entre o trabalho de campo do geógrafo e a etnografia, possam se consolidar.

Considerações finais

O presente trabalho, foi escrito como um ensaio e, neste sentido, deve ser lido como uma preparação para outros textos que virão, uma espécie de início de proposição que versa sobre a escala do olhar geográfico e a afirmação de se fazer Geografia, como pensava Paul Vidal de La Blache, em 1913, ainda como uma ciência dos lugares. Para tanto, propus considerar um duplo de sujeitos para reflexão: o viajante contemporâneo e o geógrafo em seu trabalho de campo. O pressuposto é que, tanto os viajantes quanto os geógrafos em seus trabalhos de campo estabelecem, com o lugar, encontros em condição provisória, que são constituídos em relações efêmeras, portanto, sem guardar densidade.

¹³ A título de especulação, observo que a proposta do Antropólogo brasileiro José Magnani oferece uma pista inicial interessante, a partir de sua perspectiva de “Perto e de Dentro” no trato da Antropologia Urbana. Para Magnani, ao trata dos arranjos nativos, ele os aborda “[...] num plano mais geral, identificando seus termos e articulando-os em sistemas de relações” e, assim, ao usar termos como trajeto e pedaço, “[...] supõe uma referência espacial” (Magnani, 2002, p.21). Vejo nesta proposta uma interessante forma de compartilhar vivências e sociabilidades, que em grande parte estabelece um diálogo profícuo com o pensamento geográfico.

¹⁴ Neste trabalho, intitulado “O mundo vivido na Geografia brasileira: sobre a instabilidade de um conceito humanista-cultural no início do século XXI”, proponho investigar o advento da pluralidade de temas e métodos na Geografia contemporânea e, de forma mais específica, explicitar as escolhas e os mecanismos de análise ao se conceber o conceito de *vivido* no âmbito do indivíduo. De forma geral, especula-se sobre uma Geografia que busca entender o real a partir da escala do indivíduo. Neste sentido, examino a dinâmica que se desdobrou no Brasil no início do século XXI, mais precisamente na primeira década do século.

Aponto inicialmente que a Geografia reproduz, por vezes, uma ilusão ao desconsiderar que o olhar do alto degrada o ver de perto, afastando-se do real ao aceitar tacitamente a afirmação do lugar pela via da cartografia — inicialmente através de mapas e imagens aéreas, e atualmente pela instantaneidade do mundo virtual, com o uso de imagens de satélites. Esta visão do alto é marcada pela existência de um fetiche em contemplar o conjunto, que não reconhece os sujeitos.

Se o virtual é o padrão como o capital se expressa na contemporaneidade, será no chão da vida, mesmo que também capturado pelo capital, que se dará o fincar de um outro modo de se fazer trabalho de campo em Geografia. Neste sentido, trago a condição provisória do viajante como elemento de convergência com a prática corriqueira de trabalho de campo, produzida e concebida à distância e com reduzida permanência em campo, assim como fazem os indivíduos na preparação de suas viagens.

A busca é por imaginar uma Geografia que, ao absorver alguns elementos inerentes à etnografia, consiga aproximar-se dos sujeitos, no chão da vida, e desvendar outras teias explicativas sobre os lugares. A Geografia, enriquecida pela dinâmica etnográfica, poderá alinhar outros sentidos ao seu próprio trabalho de campo, bem como à categoria de análise “lugar”, como ferramenta para auxiliar na compreensão do real.

Referências

- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. 698 p.
- CASTRO, I. E. **O problema da escala**. In: CASTRO, I. E.; CORREA, R. L.; GOMES, P. C. C. (Organizadores) *Geografia: conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117 – 140.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014. [Publicado originalmente em 1980].
- GEHL, J. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2015. [Publicado originalmente em 2010].
- GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991. [Publicado originalmente em 1990]
- IPRI – Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais. *Tendências de turismo: comportamento da população brasileira*. Brasília: Ministério do Turismo, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo>. Acesso em: 25 nov. 2024.
- LA BLACHE, Paul Vidal de. Des caractères distinctifs de la géographie. **Annales de Géographie**, [S.L.], v. 22, n. 124, p. 289-299, 1913.
- LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. [Publicado originalmente em 1976].
- LATOUR, Bruno. **Nous n'avons jamais été modernes: essai d'anthropologie symétrique**. Paris: La Découverte, 1997, 207 p.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol 17, Nº49. p. 11-29, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>.

MONBEIG, Pierre. **Acervo Digital do Jornal O Estado de São Paulo**. Disponível em <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/pierre%20monbeig/Acervo/acervo%20>.

MOREIRA, Ruy. As formas da geografia e do trabalho do geógrafo no tempo. In: _____. **Pensar e ser em geografia**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 13-22. [Publicado originalmente em 1993].

MOREIRA, Ruy. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: _____. **Pensar e ser em geografia**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 61-79. [Publicado originalmente em 1978].

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 308 p. [Publicado originalmente em 1996].

SAFADI, Sandro de Oliveira. O mundo vivido na geografia brasileira: sobre a instabilidade de um conceito humanista-cultural no início do século XXI. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, p. 16-31, 2020. <https://doi.org/10.14393/RCG0058465>.

SILVA, Armando Correia da. Aparecer, ser e forma. **GEOgraphia**. Ano II, Nº3, p. 7-25, 2000.



Este artigo está disponível em acesso aberto sob a Licença Creative Commons Attribution, permitindo uso ilimitado, distribuição e reprodução em qualquer formato, desde que a obra original seja devidamente creditada.